

Frota Brasileira de veículos em circulação.

O Estudo

A metodologia IBPT analisou a frota de veículos circulantes subtraindo de seu cálculo os que possuem um ano ou mais de débitos no IPVA ou DPVAT, com sinistros de perda total e os furtados e/ou roubados sem recuperação pelo proprietário.

Ao considerar apenas os veículos que ainda estavam rodando, o presente estudo identificou, em 2019, uma frota efetiva em torno de 69,47 milhões, o que denota um crescimento de 2,51% em relação a 2018 e 5,53% no comparativo com 2017.

Efetiva frota circulante:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	30.826.816	32.872.197	35.048.017	37.069.806	38.847.587	39.834.384	40.377.833	41.249.207	42.192.792	43.291.235
	297.462	319.714	335.583	356.315	371.210	375.514	375.302	376.482	379.529	388.364
	11.116.478	12.495.071	13.367.437	14.337.914	14.813.790	15.213.464	15.290.268	15.151.261	15.142.348	15.270.546
	1.485.225	1.641.261	1.747.324	1.872.166	1.968.428	2.005.936	2.016.706	2.033.576	2.071.741	2.133.730
	4.739.579	5.171.103	5.602.506	6.039.328	6.476.101	6.174.265	6.885.910	7.025.115	7.986.994	8.390.508
TOTAL	48.465.559	52.499.346	56.100.868	59.675.529	62.477.116	64.143.564	64.946.019	65.835.642	67.773.404	69.474.383

Legenda:



Automóveis



Ônibus/Micro-ônibus



Motocicletas

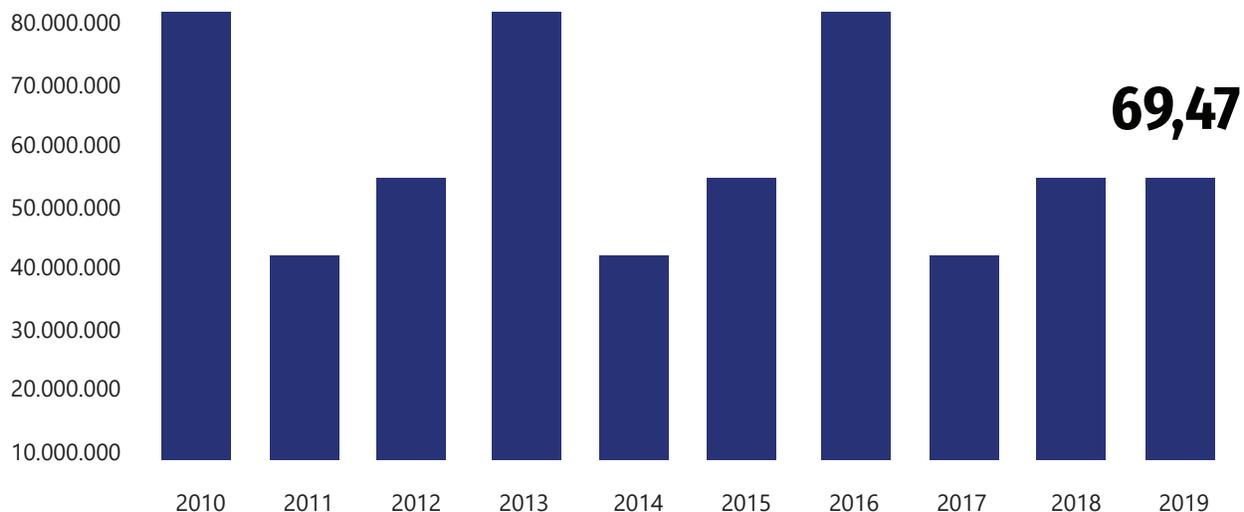


Caminhões



Comerciais leves

Efetiva Frota Circulante



Crescimento da frota

O cálculo da frota anual sofre variações de acordo com o número de veículos emplacados e a quantidade dos que saíram de circulação - devido a furtos e roubos sem a recuperação (em que a destinação são os desmanches, novo registro com chassi adulterado ou envio para o exterior), perda total em acidentes e desgastes mecânicos ou de lataria, que impeçam o seu uso. O aumento anual de veículos em circulação no Brasil apresentou queda a partir de 2014, período de crescimento, em que mais de 14 milhões de veículos foram acrescentados à frota em relação à 2010. A inadimplência no pagamento do Seguro Obrigatório (DPVAT) estava na média de 27% no período de 2010 a 2014.

Nos anos de 2015 a 2018, a inadimplência chegou ao nível médio de 32,4% da frota total. Já em 2019, este número ficou em 21,7%, principalmente pela diminuição do valor do prêmio tarifário do Seguro DPVAT, que proporcionou a possibilidade de vários proprietários de veículos liquidarem suas pendências tributárias. A Administração da Seguradora Líder do Consórcio DPVAT, em seu relatório financeiro de 2019, divulgou

que a inadimplência em 2018 havia diminuído, ficando no valor aproximado de 21%.

De 2015 a 2019, foram acrescentados à frota aproximadamente 6 milhões de novos veículos.

Ao analisar as estatísticas de registros de furto ou roubo de veículos, o Brasil alcançou o número de 5 milhões de ocorrências. Segundo o SENASP – Ministério da Justiça, entre 2015 e 2018, foram mais de 2 milhões de registros. A boa notícia é que, comparando 2018 e 2019, houve queda de 18% destes crimes.

Crescimento anual (%) da frota por categoria:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	6,64%	6,62%	5,77%	4,80%	2,54%	1,36%	2,16%	2,29%	2,60%
	7,48%	4,96%	6,18%	4,18%	1,16%	-0,06	0,31%	0,81%	2,33%
	12,40%	6,98%	7,26%	3,32%	2,70%	0,50%	-0,91%	-0,06%	0,85%
	10,51%	6,46%	7,14%	5,14%	1,91%	0,54%	0,84%	1,88%	2,99%
	9,10%	8,34%	7,80%	7,23%	3,68%	2,56%	2,02%	13,69%	5,05%
TOTAL	8,32%	6,86%	6,37%	4,69%	2,67%	1,25%	1,37%	2,94%	2,51%

Legenda:



Automóveis



Ônibus/Micro-ônibus



Motocicletas



Caminhões



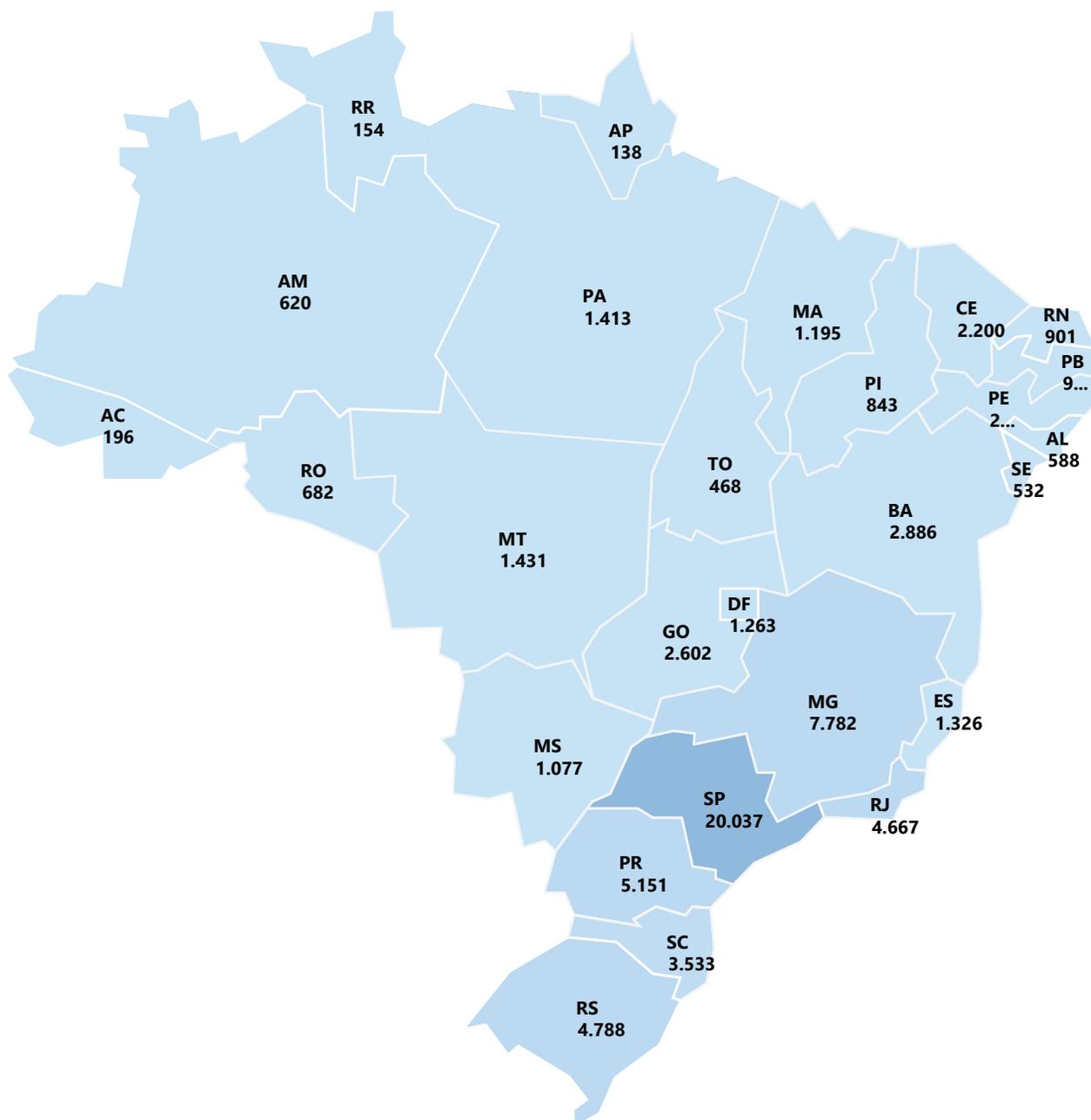
Comerciais leves

Os campeões de inadimplência no pagamento do Seguro Obrigatório nos últimos dez anos (2010 a 2019) foram:



Frota circulante por estado:

(em unidades x 1000)



As menores frotas estão nos estados do Acre, Roraima e Amapá. São Paulo lidera o ranking, seguido por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Ranking dos Estados

	Frota efetiva	2019	Participação	2018	2017
1°	São Paulo	20.036.734	28,84%	19.648.832	19.176.197
2°	Minas Gerais	7.782.179	11,20%	7.534.119	7.268.877
3°	Paraná	5.151.233	7,41%	5.041.144	4.918.673
4°	Rio Grande do Sul	4.787.524	6,89%	4.703.595	4.588.841
5°	Rio de Janeiro	4.667.482	6,72%	4.581.560	4.490.711
6°	Santa Catarina	6.533.386	5,09%	3.433.802	3.325.305
7°	Bahia	2.886.216	4,15%	2.797.660	2.701.799
8°	Goiás	2.602.385	3,75%	2.547.409	2.478.807
9°	Ceará	2.199.796	3,17%	2.139.416	2.071.509
10°	Pernambuco	2.087.954	3,01%	2.038.052	1.983.263
11°	Mato Grosso	1.430.734	2,06%	1.370.072	1.306.270
12°	Pará	1.413.332	2,03%	1.362.306	1.307.504
13°	Espírito Santo	1.326.432	1,91%	1.295.897	1.260.328
14°	Distrito Federal	1.262.972	1,82%	1.231.710	1.199.471
15°	Maranhão	1.195.490	1,72%	1.158.317	1.114.240
16°	Mato Grosso do Sul	1.076.550	1,55%	1.048.725	1.014.823
17°	Paraíba	912.270	1,31%	884.764	852.964
18°	Rio Grande do Norte	900.744	1,30%	876.084	847.107
19°	Piauí	842.890	1,21%	818.219	786.382
20°	Rondônia	681.811	0,98%	661.381	637.154
21°	Amazonas	620.149	0,89%	597.950	577.543
22°	Alagoas	588.158	0,85%	559.425	534.563
23°	Sergipe	532.761	0,77%	517.753	500.800
24°	Tocantins	467.768	0,67%	454.320	439.477
25°	Acre	195.750	0,28%	188.539	180.454
26°	Roraima	153.827	0,22%	149.577	144.721
27°	Amapá	137.858	0,20%	132.775	127.858
	TOTAL	69.474.383	100,00%	67.773.404	65.835.642

Frota circulante nos estados por categoria de veículos:

Automóveis

	2019	Participação	2018	2017
Acre	70.008	0,16%	67.092	64.960
Alagoas	285.294	0,66%	274.291	265.455
Amapá	65.358	0,15%	61.941	59.814
Amazonas	314.940	0,73%	303.199	294.502
Bahia	1.457.629	3,37%	1.410.507	1.368.032
Ceará	911.423	2,11%	881.372	856.622
Distrito Federal	1.015.277	2,35%	990.679	972.342
Espírito Santo	756.672	1,75%	739.369	723.146
Goiás	1.459.547	3,37%	1.423.382	1.389.271
Maranhão	349.300	0,81%	336.414	323.802
Mato Grosso	584.528	1,35%	556.274	530.773
Mato Grosso do Sul	583.122	1,35%	565.578	548.914
Minas Gerais	4.942.194	11,42%	4.757.715	4.600.225
Pará	482.486	1,11%	462.435	445.610
Paraíba	421.867	0,97%	406.744	393.307
Paraná	3.495.033	8,07%	3.415.059	3.355.266
Pernambuco	1.046.285	2,42%	1.017.664	995.354
Piauí	290.407	0,67%	278.434	266.328
Rio de Janeiro	3.546.001	8,19%	3.478.944	3.431.184
Rio Grande do Norte	442.597	1,02%	428.820	415.898
Rio Grande do Sul	3.386.939	7,82%	3.323.023	3.262.442
Rondônia	227.764	0,53%	217.797	207.905
Roraima	59.900	0,14%	56.854	54.633
Santa Catarina	2.333.242	5,39%	2.263.134	2.204.323
São Paulo	14.330.537	33,10%	14.057.819	13.812.517
Sergipe	261.301	0,60%	254.167	248.459
Tocantins	170.954	0,39%	164.083	158.127
TOTAL	43.291.235	62,31%	42.192.792	41.249.207

Ônibus/Micro-ônibus

	2019	Participação	2018	2017
Acre	589	0,15%	564	558
Alagoas	5.636	1,45%	5.326	5.178
Amapá	629	0,16%	620	622
Amazonas	4.712	1,21%	4.611	4.605
Bahia	26.370	6,79%	25.553	25.425
Ceará	11.423	2,94%	11.142	11.007
Distrito Federal	7.140	1,84%	6.894	6.797
Espírito Santo	8.754	2,25%	8.548	8.461
Goiás	12.502	3,22%	12.223	12.069
Maranhão	5.496	1,42%	5.255	5.138
Mato Grosso	6.061	1,56%	5.772	5.625
Mato Grosso do Sul	5.191	1,34%	5.050	4.955
Minas Gerais	47.481	12,23%	46.301	45.589
Pará	9.548	2,46%	9.343	9.224
Paraíba	4.654	1,20%	4.577	4.543
Paraná	25.522	6,57%	24.706	24.169
Pernambuco	14.712	3,79%	14.399	14.276
Piauí	4.641	1,19%	4.400	4.047
Rio de Janeiro	30.928	7,96%	30.881	31.461
Rio Grande do Norte	4.734	1,22%	4.541	4.497
Rio Grande do Sul	23.479	6,05%	23.155	22.973
Rondônia	2.826	0,73%	2.754	2.697
Roraima	713	0,18%	679	679
Santa Catarina	12.101	3,12%	11.839	11.786
São Paulo	105.822	27,25%	103.852	103.620
Sergipe	4.023	1,04%	3.913	3.862
Tocantins	2.674	0,69%	2.632	2.621
TOTAL	388.364	0,56%	379.529	376.482

Motocicletas

 2019	Participação	2018	2017	
Acre	83.204	0,54%	81.329	79.467
Alagoas	193.149	1,26%	186.809	183.281
Amapá	44.531	0,29%	43.888	43.555
Amazonas	184.302	1,21%	178.706	175.776
Bahia	855.270	5,60%	843.752	841.442
Ceará	884.182	5,79%	876.051	874.059
Distrito Federal	120.955	0,79%	118.785	118.250
Espírito Santo	315.818	2,07%	313.346	315.047
Goiás	655.399	4,29%	655.563	660.801
Maranhão	583.370	3,82%	576.088	571.734
Mato Grosso	490.556	3,21%	481.486	477.012
Mato Grosso do Sul	273.700	1,79%	272.539	273.863
Minas Gerais	1.599.748	10,48%	1.595.922	1.604.055
Pará	617.016	4,04%	605.439	598.189
Paraíba	320.796	2,10%	316.458	314.112
Paraná	831.665	5,45%	828.389	832.392
Pernambuco	658.693	4,31%	652.183	652.017
Piauí	374.979	2,46%	372.733	371.747
Rio de Janeiro	645.320	4,23%	635.686	635.868
Rio Grande do Norte	285.451	1,87%	284.049	284.062
Rio Grande do Sul	717.198	4,70%	722.164	731.783
Rondônia	294.151	1,93%	292.768	293.172
Roraima	56.445	0,37%	56.899	57.513
Santa Catarina	650.247	4,26%	651.032	656.996
São Paulo	3.177.165	20,81%	3.146.230	3.152.005
Sergipe	170.650	1,12%	168.000	166.470
Tocantins	186.587	1,22%	186.054	186.594
TOTAL	15.270.546	21,98%	15.142.348	15.151.261

Caminhões

	2019	Participação	2018	2017
Acre	5.104	0,24%	4.924	4.818
Alagoas	15.057	0,71%	14.580	14.219
Amapá	2.794	0,13%	2.723	2.638
Amazonas	14.465	0,68%	14.024	13.909
Bahia	87.692	4,11%	84.528	83.178
Ceará	51.363	2,41%	49.987	48.998
Distrito Federal	17.252	0,81%	16.577	16.340
Espírito Santo	57.178	2,68%	55.392	54.284
Goiás	89.118	4,18%	86.497	84.840
Maranhão	29.175	1,37%	28.021	27.032
Mato Grosso	69.506	3,26%	64.935	61.477
Mato Grosso do Sul	44.635	2,09%	42.931	41.365
Minas Gerais	255.104	11,96%	245.861	240.379
Pará	44.474	2,08%	42.824	41.666
Paraíba	19.316	0,91%	19.054	19.050
Paraná	226.278	10,60%	22.596	216.846
Pernambuco	64.934	3,04%	64.061	63.157
Piauí	20.758	0,97%	19.856	19.026
Rio de Janeiro	99.006	4,64%	97.947	97.659
Rio Grande do Norte	24.236	1,14%	22.956	21.962
Rio Grande do Sul	180.453	8,46%	175.627	172.203
Rondônia	23.464	1,10%	22.983	22.462
Roraima	3.801	0,18%	3.590	3.415
Santa Catarina	129.211	6,06%	124.285	121.682
São Paulo	527.099	24,70%	515.708	510.346
Sergipe	14.856	0,70%	14.565	14.255
Tocantins	17.398	0,82%	16.711	16.371
TOTAL	2.133.730	3,07%	2.071.741	2.033.576

Comerciais leves

 2019	Participação	2018	2017	
Acre	23.541	0,28%	22.570	20.000
Alagoas	58.772	0,70%	55.731	48.979
Amapá	19.976	0,24%	19.205	16.912
Amazonas	86.118	1,03%	83.311	74.957
Bahia	367.038	4,37%	347.629	303.399
Ceará	193.878	2,31%	185.653	164.527
Distrito Federal	162.686	1,94%	155.084	137.196
Espírito Santo	174.729	2,08%	166.554	146.079
Goiás	346.581	4,13%	332.153	292.953
Maranhão	110.625	1,32%	104.555	91.478
Mato Grosso	208.00	2,48%	194.245	166.845
Mato Grosso do Sul	154.628	1,84%	147.466	129.267
Minas Gerais	986.084	11,75%	921.961	798.835
Pará	146.346	1,74%	138.065	120.266
Paraíba	84.444	1,01%	80.794	71.214
Paraná	690.405	8,23%	659.591	582.767
Pernambuco	208.439	2,48%	201.091	179.091
Piauí	82.530	0,98%	78.324	68.112
Rio de Janeiro	489.591	5,84%	471.978	422.418
Rio Grande do Norte	90.218	1,08%	85.701	75.221
Rio Grande do Sul	616.485	7,35%	585.543	512.196
Rondônia	82.926	0,99%	77.787	67.634
Roraima	24.813	0,30%	23.609	20.555
Santa Catarina	455.018	5,42%	425.819	368.109
São Paulo	2.421.904	28,86%	2.323.429	2.059.198
Sergipe	45.585	0,54%	43.412	38.169
Tocantins	59.149	0,70%	55.736	48.740
TOTAL	8.390.508	12,08%	7986.994	7.025.115

Metodologia do estudo

Por meio da Lei de Acesso à Informação (Nr.12.527/2011), houve a solicitação sobre veículos registrados no DENATRAN¹, número de veículos pagantes e isentos de IPVA², quantidade de veículos pagantes de DPVAT³ e veículos inscritos em Dívida Ativa dos Estados por débito de IPVA. A partir das respostas, foi criado um sistema eletrônico de captura de dados de todas as placas de veículos registradas no DENATRAN, identificação do Chassi⁴ e do RENAVAM:

- A) Consulta DENATRAN POR VEÍCULOS REGISTRADOS: 104.784.375 registrados no órgão;
- B) Captura de Placas através do SINESP Cidadão⁵, obtendo-se os seguintes dados do veículo: marca, modelo, ano, modelo, cor, cidade de registro atual do veículo, últimos 5 dígitos do Chassi;
- C) Criados algoritmos para completar a identificação do Chassi a partir dos últimos 5 números apresentados na consulta, mais as características do veículo;
- D) Com o cruzamento das as placas e o código do chassi identificaram o número do RENAVAM⁶, que é um código emitido em ordem sequencial, de acordo com o estado/região;
- E) Com a correlação das placas e RENAVAM, foram feitas consultas às bases dos DETRAN's, das Secretarias da Fazenda (IPVA e débitos) e Procuradorias Estaduais (Dívida Ativa de IPVA);
- F) Através da placa, RENAVAM ou chassi foram feitas consultas referentes aos débitos do DPVAT;

G) Foram feitas consultas à base da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para levantar os ônibus, vans e caminhões registrados no órgão;

H) Foram considerados como veículos efetivamente em circulação, aqueles que não tenham débito de mais de 1 ano seguidos de IPVA ou DPVAT.

O Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) é o órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito.

² O imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) é um imposto estadual que incide sobre a propriedade de veículos.

³ Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre (DPVAT) é um seguro obrigatório instituído no Brasil em 1974, para a cobertura de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (incluindo motorista, passageiro ou pedestre), com a finalidade de amparar as vítimas de acidentes de trânsito em todo o território nacional brasileiro, não importando de quem seja a culpa dos acidentes. O DPVAT, também chamado de “seguro obrigatório”, deve ser pago pelo proprietário do veículo.

⁴ Chassi é o nome que se dá ao Número de Identificação do Veículo (NIV) ou Vehicle Identification Number (VIN), composto por 17 caracteres alfanuméricos que identificam os veículos automotores em geral.

⁵ O aplicativo SINESP Cidadão é um módulo do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisões e sobre Drogas, o SINESP (Lei 12.681/2012), o qual permite acesso direto pelo cidadão aos serviços da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, inclusive a consulta de Placas de Veículos.

⁶ O Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) é um sistema desenvolvido pelo Serpro que cobre todo o Brasil, tendo como principal finalidade o registro de todos os veículos do país, efetuados pelas unidades do Detran em cada estado, e centralizados pela unidade central, o Denatran. O chamado código RENAVAM é o número identificador único de cada veículo que o localiza dentro do sistema.

Coordenação:

GILBERTO LUIZ DO AMARAL: Advogado tributarista e contador, pós-graduado em Direito Tributário e Processual Tributário, professor de Governança, Planejamento Tributário e Inteligência de Mercado, presidente do Conselho Superior e Coordenador de Estudos do IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

CRISTIANO LISBOA YAZBEK: Advogado tributarista, mestre em Direito Econômico e Socioambiental e especialista em Planejamento Tributário, diretor de negócios do IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

JOÃO ELOI OLENIKE: Contador, tributarista, pós-graduado em administração financeira, professor de Planejamento Tributário, presidente executivo do IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação.

